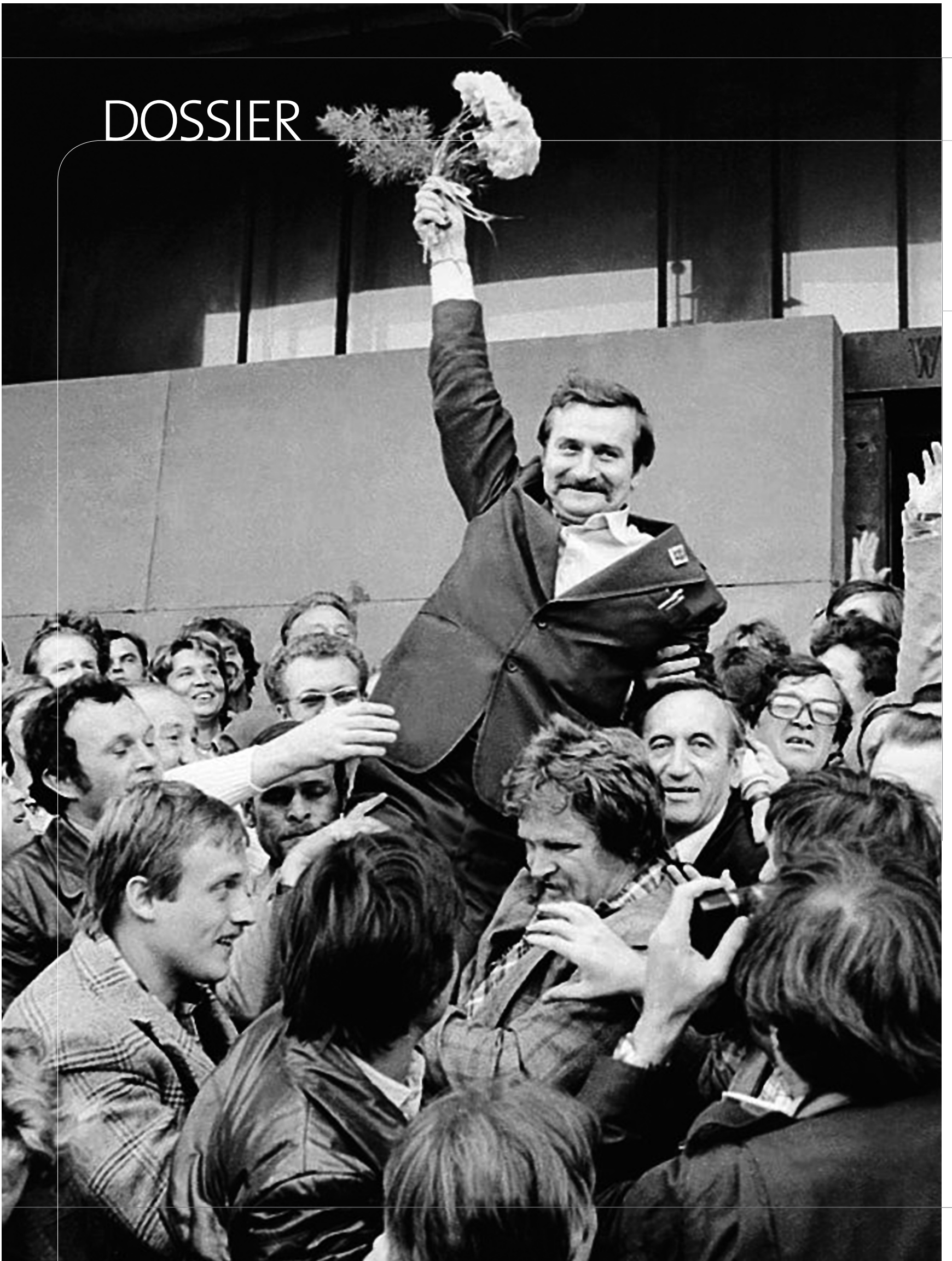




DOSSIER



Polónia 1989: a Revolução Negociada do Solidarnosc

Criado em 1980, o movimento Solidarnosc abalou a estrutura totalitária do Estado polaco, governado pelos comunistas.

Num regime que não tolerava nenhuma forma de oposição surgia uma organização que representava a sociedade civil face ao aparelho do poder. O Solidarnosc, porém, respeitava, nas suas aspirações à liberdade, os limites que eram demarcados pela hegemonia da URSS. O sindicato não queria tomar o poder, mas exigia o direito à livre actividade e ao controlo da actuação do governo na esfera social e económica. A sua força era inegável, reunindo quase 10 milhões de pessoas e sendo um grande movimento social, a sua existência constituía por si só uma ameaça à posição do Partido Comunista (POUP) que exercia um poder ditatorial no país.

No dia 13 de Dezembro de 1981, o general Wojciech Jaruzelski, que era simultaneamente chefe do Partido e do Governo, procurou reestabelecer a ordem comunista com a declaração de Estado de Sítio e com a detenção de milhares de activistas, incluindo o dirigente do sindicato, Lech Walesa. Este plano só foi concretizado parcialmente, porquanto o Solidarnosc sobreviveu, apesar de ter sido ilegalizado e empurrado para a clandestinidade.

Era mais fácil vencer «as forças anti-socialistas» com a ajuda do exército e da polícia do que governar eficazmente o país mergulhado numa crise económica. Já que, como é soberamente sabido, não é possível estar de pé na corda bamba. Em consequência do Estado de Sítio, o regime comunista foi salvo mas perdeu a sua capacidade de mobilização, passando a ser, a partir daí, uma força capaz de deter as aspirações à liberdade mas incapaz de concretizar um programa positivo.

FACTORES DE DECOMPOSIÇÃO

Perante a ameaça de emancipação da sociedade, a equipa governamental de Jaruzelski queria repor a ordem comunista existente antes do ano de 1980. As autoridades queriam tomar o leme e eliminar o adversário ideológico. Na origem da derrota desta política encontram-se factores que contribuíram para a decadência do regime a partir do seu interior: a catástrofe da economia socialista, a perda do fundamento ideológico do Partido Comunista e a perda da legitimidade de governação.

A fractura do modelo económico socialista teve início nos anos 70, na Polónia. Em meados dos anos 80 já era óbvio que se tratava essencialmente de uma crise estrutural de todo o bloco socialista e que dizia respeito a todos os países satélites da União Soviética. Foi na Polónia que a crise primeiramente se manifestou para atingir igualmente o centro do poder soviético. Aqui reside

o ponto de partida da política das reformas restritas e da abertura para o Ocidente empreendida por Mikhail Gorbachev, que, em 1985, passou a chefiar a URSS. A *perestroika*, iniciada pelo novo chefe do CCPC da União Soviética, dava luz verde à política de reparação do socialismo, a partir do topo. O campo de manobra dos comunistas polacos aumentou consideravelmente. No tempo da *perestroika* tiveram, em larga medida, carta-branca no âmbito das questões relativas às reformas internas. O governo de Varsóvia, após o fracasso das tentativas de recuperação económica com base nas regras de planeamento e de governação até aí vigentes, em 1988, passou a enveredar pelo caminho das reformas do mercado, liberalizando a iniciativa privada e restringindo a protecção social do Estado. Foram questionadas características que constituíam a verdadeira atracção do *socialismo real* para muitas pessoas, designadamente, a segurança social a um nível mínimo, a certeza de um emprego, uns preços baixos e estáveis e um nivelamento material equitativo para todos os cidadãos.

Desta forma, a crise económica levou à invalidação do fundamento ideológico da governação comunista. A teoria do marxismo-leninismo, bem como as promessas de igualdade e justiça sociais, deixaram de ser um instrumento útil para obter apoios. Os governos do POUP também não podiam ser validados nem com uma administração eficaz nem com sucessos económicos. Os Polacos, que frequentemente saíam para o estrangeiro, sabiam muito bem da enorme distância que separava as suas existências miseráveis do nível de vida, não só das sociedades ocidentais, mas também de outros países do Bloco de Leste, como por exemplo, da RDA ou da Checoslováquia, onde a miragem do bem-estar socialista permaneceu por mais tempo.

As autoridades não conseguiram repor a ordem comunista, porquanto se depararam com um adversário capaz de se organizar, a própria sociedade civil que dispunha de um programa e reconhecia autoridade da figura carismática de Lech Walesa.

DOSSIER POLÓNIA 1989

OS INTELLECTUAIS CONTRA O PARTIDO

Nos primeiros anos do regime, os intelectuais desempenharam um papel importante na legitimação do poder. Escritores, cientistas e artistas - «os engenheiros das almas humanas» - cimentaram a autoridade do Partido como força progressista, que congregava em seu redor as mentes mais iluminadas. O processo de devolução dos cartões do Partido por parte da elite intelectual começou após a morte de Estaline, mas foi durante os tempos do Solidariedade que assumiu uma dimensão de massas. Após a introdução do Estado de Sítio grande parte dos intelectuais influentes para a construção da opinião pública revoltou-se contra o mecenato estatal, rejeitando as suas exigências políticas. O boicote à televisão, manifesto por actores conhecidos, como forma de protesto contra as represões contra o Solidariedade, foi um testemunho visível para um público alargado, contra o Estado de Sítio. Por sua vez, os artistas plásticos, fizeram boicote às galerias estatais, aos museus e aos concursos.

Expulsos da esfera cultural oficial, os artistas organizaram uma vida alternativa com teatros e galerias, críticos e prémios independentes. O movimento editorial clandestino atingiu grandes proporções, publicando revistas e livros. A par da cultura estatal surgiu uma cultura social clandestina e a par da elite sustentada pelo poder surgiu uma contra-elite. O fenómeno da cultura independente, desconhecido, a esta escala nos demais países comunistas, contribuiu em grande medida para roubar ao governo a sua legitimidade e para reforçar a oposição. As autoridades não conseguiram repor a ordem comunista, porquanto se depararam com um adversário capaz de se organizar, a própria sociedade civil que dispunha de um programa e reconhecia autoridade da figura carismática de Lech Walesa.

Empurrado para a conspiração, após o Estado de Sítio, o Solidariedade não alterou os seus métodos moderados - a sua postura pautava-se por uma resistência passiva e uma luta sem recurso à força - nem o seu programa igualmente moderado. Conseguiu manter os alicerces da organização criando estruturas dirigentes na clandestinidade, conduzidas pelos activistas

que tinham conseguido escapar às detenções. No seio deste círculo dirigente e nas colunas dos jornais clandestinos, dava-se continuidade aos trabalhos sobre o programa do sindicato. Em meados dos anos 80, uma pergunta dominava o pensamento político da oposição, a saber: seria possível encontrar lugar para uma força como o sindicato independente no regime do *socialismo real*? A resposta afirmativa a esta pergunta constituiu a base da estratégia de compromisso do movimento sindical.

EM BUSCA DE UM COMPROMISSO

As primeiras concepções formuladas acerca do compromisso entre o poder e o Solidariedade surgiram no ano de 1985. O seu ponto de partida foi a convicção de que as reformas só podiam ser bem sucedidas se houvesse a colaboração entre os democratas da oposição e a ala reformadora do *establishment*. No conteúdo deste compromisso encontrava-se o reconhecimento dos governos do POUP, inclusivamente, a aceitação de uma certa legitimidade desses governos, em troca da inclusão na esfera pública do pluralismo sindical e de um lugar para as forças independentes.

De acordo com Adam Michnik, activista da oposição e um dos conselheiros de Lech Walesa, o pluralismo parcial poderia também incluir o assento no parlamento de cerca de 1/3 de deputados independentes. Os principais conselheiros de Walesa, Tadeusz Mazowiecki e Bronislaw Geremek, não chegaram a formular uma visão tão arriscada. Segundo eles, o poder deveria reconhecer as aspirações da sociedade à autonomia, enquanto que a sociedade deveria compreender, por seu lado, que não pode alcançar tudo aquilo a que tem direito. Isto significava, por um lado, a aceitação da intervenção das autoridades comunistas na esfera política e, por outro, a reivindicação do pluralismo nas outras esferas da vida social, as quais «podiam tornar-se esferas de liberdade». As aspirações à liberdade eram, porém, limitadas pela pertença da Polónia ao bloco soviético - levando em linha de conta a ameaça de intervenção do Exército Vermelho, o Solidariedade não deveria pôr em causa «os principais interesses soviéticos».

Na opinião de Walesa e dos seus conselheiros, o compromisso com os comunistas era imprescindível porque a Polónia estava perante um colapso civilizacional. A recuperação económica era o argumento essencial a favor do entendimento. Segundo os dirigentes do Solidariedade, a condução de uma reforma da economia era impossível sem a obtenção por parte do governo, de uma confiança mínima e isso exigia a retomada do pluralismo sindical e civil. Em troca, o movimento sindical oferecia apoio à reforma, na condição de esta ter como direcção uma economia de mercado livre e de redução do poder do Partido na economia. Foi este o «pacto anti-crise» que o Solidariedade propôs às autoridades em 1987, sem ter recebido qualquer resposta.

Todavia, a recusa em dialogar com o Solidariedade fechava as autoridades na armadilha de uma fortaleza cercada. De igual modo, as autoridades da República Popular da Polónia (RPP) encontravam-se isoladas na esfera internacional. A ajuda financeira do Ocidente estava recheada de condições políticas - sem a libertação dos presos políticos, a equipa do General não podia contar com novos créditos, nem com a renegociação das condições de pagamento da dívida ao estrangeiro. Contudo, as autoridades ainda tentaram, até ao

A Igreja Católica já era vista como um parceiro imprescindível. A terceira peregrinação do Papa à Polónia, em 1987, constituiu o princípio do renascimento do Solidariedade como movimento de massas. João Paulo II, que representava para os Polacos a maior das autoridades, deu a entender, claramente, às autoridades que o representante da sociedade e o parceiro para o entendimento em prol da reforma só podia ser o movimento sindical que continuava por legalizar.



ano de 1988, conduzir autonomamente uma reforma económica, bem como estabilizar a situação sociopolítica.

A oposição era considerada demasiado fraca para constituir uma ameaça. Também não se via nela nem um sério adversário, nem um parceiro. No entanto, a Igreja Católica já era vista como um parceiro imprescindível. A terceira peregrinação do Papa à Polónia, em 1987, constituiu o princípio do renascimento do Solidariedade como movimento de massas (tal como em 1979 a primeira peregrinação havia dado o impulso para a criação do movimento). João Paulo II, que representava para os Polacos a maior das autoridades, deu a entender, claramente, às autoridades que o representante da sociedade e o parceiro para o entendimento em prol da reforma só podia ser o movimento sindical que continuava por legalizar. O Episcopado polaco também exortava ao diálogo com a oposição e, nos bastidores, actuava a favor da legalização do movimento democrático.

A política do Ocidente também foi importante. Os governos dos EUA, da Grã-Bretanha, França e de outros países abstiveram-se da renovação das relações comerciais normais com a Polónia, exigindo o início das conversações com o Solidariedade. Fazendo pressão sobre o governo de Varsóvia para que este respeitasse os direitos do homem de acordo com os parâmetros estabelecidos depois de Agosto de 1980, os países ocidentais esperavam mais dos comunistas polacos do que dos seus camaradas dos restantes países do bloco. Este foi um dos efeitos da revolução do Solidariedade que já não pôde ser apagado.

A PERDA DE LEGALIDADE DO REGIME

A liberalização, finalmente levada a cabo por Jaruzelski, não se defrontou com a oposição de Moscovo. Os estudiosos ocidentais chegam até a considerar que a política de Mikhail Gorbachev foi o principal impulso das mudanças na Europa de Leste. Trata-se de um ponto de vista discutível. Decerto que o secretário-geral do CCPC teve o mérito de reconhecer a profundidade da crise e de ter encetado uma tentativa de modernizar o sistema. Isto ficou-se a dever tanto ao esgotamento dos factores internos de crescimento, como à derrota militar da URSS no Afeganistão e ainda à política de «confronto suave» de Ronald Reagan, que fazia baixar o preço do petróleo e obrigava Moscovo a uma corrida ao armamento que já não era comportável, nem do ponto de vista económico nem tecnológico. A política de Gorbachev surge assim mais como resposta a uma crise fundamental do comunismo do que como tentativa autónoma de modernização ou — ainda menos — de democratização. A introdução de reformas internas exigia uma restrição radical das despesas militares, o refreamento da expansão externa, o fim da guerra no Afeganistão, a melhoria das relações com o Ocidente e a obtenção de apoio financeiro da sua parte. Isto conduziu à desistência da luta contra o imperialismo a favor de uma coexistência pacífica, que chegou mesmo a tornar-se numa colaboração entre os dois sistemas políticos.

Segundo Jacques Levesque, com esta nova política externa da URSS, o chefe do CCPC subjugou as relações de Moscovo com as outras capitais do Pacto de Varsóvia. Em nome da abertura a Ocidente, Gorbachev excluiu a possibilidade da utilização da força contra os países satélites da União Soviética e, na passagem dos anos 1988-89, pôs de lado a

Na segunda metade dos anos 80 o regime perdeu a sua legitimidade no poder, tanto aos olhos dos governantes como dos governados. O ponto de partida foi a crise estrutural da economia do socialismo real e a quebra de produtividade do regime à escala de todo o bloco que conduziram, consequentemente, à impossibilidade de realização das promessas ideológicas do comunismo

chamada doutrina de Brejniev. A relação da URSS com os regimes da Europa de Leste ficou a partir daí marcada pela regra da não ingerência, tanto militar como política, aplicada quer aos reformadores quer aos conservadores. Não se tratou pois de um papel activo, mas sim passivo, embora o próprio Gorbachev simpatizasse com os reformistas.

A mudança de atitude dos comunistas polacos perante a oposição surgiu em meados de 1988. A causa imediata desta reviravolta foi uma onda de greves, a maior desde os tempos do Estado de Sítio, e a ameaça de deflagração de mais, e ainda mais poderosas manifestações de descontentamento por parte da sociedade. Embora os protestos tivessem na sua origem uma contestação económica (a subida dos preços), articulavam-se também com exigências políticas — a legalização do Solidariedade. Outro factor decisivo foi a descrença, que se instalou na elite do poder, na eficácia de um regime que já nem sequer conseguia assegurar o bem-estar dos seus funcionários. Os patamares mais altos do *establishment* comunista foram assolados por um sentimento de falta de perspectivas e de derrota fundamental sofrida pelo *socialismo real* na concorrência com as democracias de mercado livre do Ocidente, o que conduziu ao enfraquecimento da determinação na defesa do regime e levou a que se fizessem cedências perante as reivindicações democráticas da oposição.

Na segunda metade dos anos 80 o regime perdeu a sua legitimidade no poder, tanto aos olhos dos governantes como dos governados. O ponto de partida foi a crise estrutural da economia do *socialismo real* e a quebra de produtividade do regime à escala de todo o bloco que conduziram, consequentemente, à impossibilidade de realização das promessas ideológicas do comunismo. A permanente falta de artigos no mercado, a subida de preços e a perda da segurança social não recompensavam a dose dilatada de liberdade. Na Polónia, a consciência de privação nas questões dos direitos do homem era mais forte do que nos outros países do bloco graças à experiência democrática do Solidariedade, que, nos anos de 1980-81, abarcou milhões de pessoas. Um factor importante para a perda de legalidade do poder foi a derrota do comunismo na guerra das ideias — o paradigma da democracia de mercado livre vencera o marxismo-leninismo. Uma

DOSSIER POLÓNIA 1989

parte dos governantes começou a vislumbrar a hipótese de uma legitimidade social em compromisso com a oposição, o que permitiria, por um lado, uma reforma económica radical e, por outro, a obtenção de reconhecimento no país e de apoio no Ocidente.

“NÃO HÁ LIBERDADE SEM O SOLIDARIEDADE”

O início do diálogo foi facilitado pelo facto do Solidariedade apresentar um programa moderado. Não preconizava a queda do comunismo mas a sua evolução democrática, de uma ditadura monopolista rumo a um pluralismo parcial que abarcasse questões sociais, culturais e económicas. Não se considerava ser possível alcançar plena liberdade naquela parte da Europa ainda sob controlo da União Soviética. Também se receava que uma tentativa de reviravolta violenta pudesse resultar em numerosas vítimas e em violência revolucionária. A oposição não empregava palavras de vingança, dando a entender que estava pronta para pôr de lado o ajuste de contas. Lech Walesa estava pronto para estabelecer um entendimento com o general Jaruzelski, sob uma condição: voltar a legalizar o Solidariedade.

Todavia, o regresso do sindicato independente não fez parte dos planos dos governantes durante muito tempo. Somente a onda de greves de Agosto de 1988, sob a palavra de ordem: «Não há liberdade sem o Solidariedade», levou a uma mudança de posição. Ao encontrar-se com Walesa, ainda durante o período de duração das greves, o número dois do regime, o Ministro dos Assuntos Internos, Kiszczak, reconheceu o dirigente do sindicato independente como parceiro político. Apesar de Walesa não ter conseguido obter a promessa de reconhecimento do Solidariedade decidiu pôr termo à greve e continuar com as conversações. O diálogo, porém, decorria com dificuldades, encontrando-se, por diversas vezes, à beira da ruptura, pois as prioridades de ambas as partes eram divergentes. A oposição colocava em primeiro lugar uma nova legalização do Solidariedade, enquanto os comunistas pretendiam uma liberalização restrita do regime, no qual tencionavam abrir espaço para um grupo moderado de opositores, mas não para um grande movimento social. Não obstante, a elite da oposição colocava como condição preambular e imprescindível para que houvesse

entendimento, o reconhecimento do Solidariedade. Somente quando se tornou claro que a oposição não iria ceder e que o seu líder gozava de um apoio cada vez maior por parte da sociedade, o que ficou comprovado com o debate televisivo de Novembro 1988 entre Walesa e Miodowicz, o chefe do sindicato central (OPZZ) afecto ao governo, o general Jaruzelski concordou com o regresso do sindicato independente à arena da legalidade.

ELEIÇÕES SEM CONFRONTOS

No âmbito de uma «fuga para a frente», os dirigentes do Partido resolveram organizar eleições parlamentares a fim de estabilizar o seu poder antes que as forças democráticas conseguissem cimentar a sua posição. A oposição foi convidada a participar mas na condição de aceitar, de antemão, a divisão dos mandatos de modo a garantir a maioria ao agrupamento comunista. As eleições deviam decorrer «sem confronto», o que significava que os candidatos da oposição não iriam concorrer aos mesmos lugares que os candidatos do governo. A presença de círculos independentes no novo parlamento deveria ser o elemento estabilizador, que daria ao poder, ainda exercido pelo Partido Comunista, a legitimidade democrática. Esta proposta poderia ser aceite pelo movimento democrático como base para futuras negociações, porquanto correspondia à sua estratégia evolutiva. A aceitação oficial do Partido da existência de um pluralismo sindical, finalmente expressa em Janeiro de 1989, abriu caminho para negociações detalhadas relativamente ao assunto.

Apesar das acusações da ala extremista do movimento relativas ao afastamento dos princípios anti-comunistas da política de Lech Walesa e dos seus conselheiros, após o Estado de Sítio, a linha levada a cabo pelo Solidariedade, desde o início prevaleceu. A luta pela representação social sob a forma de um sindicato independente foi levada a cabo sem violência, sendo que o seu objectivo não era derrubar o regime, mas enfraquecê-lo.

A equipa de Jaruzelski concordou em encetar as negociações porque não estava em causa a aniquilação da mesma. Contudo, foi a posição dos membros do sindicato que se opuseram às decisões do Estado de Sítio e que, durante sete anos, não abandonaram as reivindicações de liberdade, que foi decisiva no reconhecimento final do Solidariedade por parte dos comunistas. Ao formar uma «sociedade clandestina» sob a forma de estruturas sindicais, redes de tipografias clandestinas e editoras, várias centenas de publicações independentes e de associações, questionaram a normalização criada após Dezembro de 1981, não permitindo aos generais a estabilização do poder. O movimento polaco de resistência pacífica ao comunismo, no qual participaram dezenas de milhares de pessoas, foi o maior desafio para o regime em todo o bloco soviético. Dispondo de uma organização, de um programa, de um mito de resistência e de dirigentes bem conhecidos, o Solidariedade criou uma alternativa ao *socialismo real*. Por este motivo fora tão ferozmente combatido pelo regime monopolista do POUP – e precisamente por isso também veio a tornar-se, por fim, o parceiro do contrato político.

As conversações da Mesa Redonda decorreram de 6 de Fevereiro a 5 de Abril de 1989. Foram árduas negociações

Foi o entendimento resultante da Mesa Redonda que constituiu o maior passo da história do comunismo rumo à democracia. A oposição democrática alcançava um lugar legal na esfera política, detinha a sua própria imprensa e conquistava a possibilidade de se desenvolver. Do ponto de vista da ortodoxia comunista tratava-se de uma revolução.



no âmbito da democratização e das mudanças de regime. O Solidariedade pretendia alargá-las, enquanto o Partido desejava restringi-las. Todavia, a oposição conseguiu impor a sua visão do regime almejado, fazendo com que ambos os agrupamentos políticos a reconhecessem. A declaração final foi redigida numa linguagem que nada tinha a ver com a retórica comunista (newspeak). O objectivo comum era, tal como ficou redigido, «uma Polónia independente, soberana, segura, com alianças iguais em direitos, democrática e economicamente forte». Os princípios do futuro regime político provinham do regime democrático-liberal: pluralismo político, liberdade de expressão, eleições democráticas para todos os órgãos do poder estatal, independência dos tribunais. A sua concretização, porém, seria realizada gradualmente. O garante para o POUP era um presidente, provido de fortes competências, eleito por ambas as câmaras do parlamento para um mandato de seis anos. Em troca da presidência que, segundo um acordo não escrito, seria ocupada por Jaruzelski, seria criado um senado democrático com propostas legislativas e direito a veto relativamente aos projectos de lei.

As eleições inteiramente livres para a câmara do senado permitiam equilibrar as forças entre a representação da oposição e a maioria parlamentar do agrupamento comunista e da função do presidente. Após a rejeição por parte do Solidariedade de um projecto de declaração comum e de uma lista nacional comum, pouco permaneceria da concepção inicial de eleições «sem confrontos». As eleições livres abrangiam quase metade do parlamento e a característica fundamental das eleições democráticas foi incluída na votação – a concorrência das forças políticas, das pessoas e dos programas.

O VÍRUS DA DEMOCRACIA

A presença de forças independentes nas instituições do Estado comunista deveria, no entender das autoridades, em prestar-lhes legitimidade e, conseqüentemente, reforçá-las. Porém, ocorreu o processo contrário. Introduzido no regime, o vírus da democracia rapidamente levou ao fim da República Popular da Polónia. Nem as autoridades nem a elite da oposição o tinham previsto. Para esta última, o principal sucesso fora a legalização do Solidariedade. Também tinham sido registados os sindicatos independentes dos agricultores e dos estudantes. Noutras áreas, as mudanças foram mais modestas; o Partido defendia a sua posição dominante na economia. Mas foi o entendimento resultante da Mesa Redonda que constituiu o maior passo da história do comunismo rumo à democracia. A oposição democrática alcançava um lugar legal na esfera política, detinha a sua própria imprensa e conquistava a possibilidade de se desenvolver. Do ponto de vista da ortodoxia comunista tratava-se de uma revolução.

O regime político planeado nas conversações da Mesa Redonda foi o resultado de uma mistura de características do *socialismo real*, do autoritarismo clássico e de um pluralismo limitado. Este regime híbrido surgia como resultado de um jogo de forças, conservadoras e progressistas, desejosas de mudança. Tratava-se de uma estrutura de transição, entre o modelo mono-partidário da RPP e um sistema que respeitasse todas as regras democráticas. O limite claro deste esta-

do de transição seriam as eleições seguintes, agendadas para daí a quatro anos, as quais seriam inteiramente livres. No entanto, uma vez accionada, a dinâmica da democratização mudou irreversivelmente o *socialismo real*. O direito à representação, intermediado pelo Solidariedade, que a oposição alcançara, bem como o movimento civil que se organizou em redor das eleições, foram apenas um ponto de partida para as mudanças revolucionárias que se seguiram.

A VITÓRIA NAS ELEIÇÕES

O compromisso da Mesa Redonda possibilitou a passagem para a democracia, mas foi a actuação da sociedade, posta em marcha durante a campanha eleitoral, que determinou a precipitação dos acontecimentos. Os eleitores rejeitaram o *socialismo real* na sua totalidade, votando, em esmagadora maioria, nos candidatos da oposição e arredando o colectivo das pessoas do Partido. O Solidariedade ficou a dever esta vitória esmagadora à organização, muito eficaz, da sua campanha eleitoral – no espaço de duas semanas foi composta uma lista com 261 candidatos – a uma união meticulosamente firmada – para cada mandato foi apresentado apenas um candidato, o que impediu a dispersão dos votos – e a uma enorme mobilização social.

A votação atribuiu 260 lugares ao Solidariedade entre os 560 de um parlamento constituído por duas câmaras. Isto significava que, na prática, não se podia eleger o presidente nem constituir governo contra a vontade do Solidariedade. Para os líderes da oposição tornou-se claro que não podiam limitar-se a controlar o poder, que era preciso ir para além do estabelecido na Mesa Redonda. No círculo de Lech Walesa e dos seus conselheiros nasceu um projecto que propunha a divisão do poder. Garantindo aos comunistas uma segurança política através da eleição do seu candidato a presidente, a oposição anunciava a intenção de formar um governo que gozasse da confiança da sociedade e que conseguisse levar a cabo as imprescindíveis reformas económicas. Esta concepção foi anunciada no início de Julho por Adam Michnik num artigo cujo título constituía a sua proposta política dirigida ao agrupamento comunista: «O presidente é vosso – o primeiro-ministro é nosso».

No dia da publicação das teses de Michnik, perguntaram ao conselheiro de Gorbachev para os assuntos estrangeiros sobre a eventualidade de emergência de um governo orientado pelo Solidariedade e a resposta foi: «Haveremos de manter relações com qualquer governo eleito na Polónia. Estamos satisfeitos com o desenrolar do processo democrático nesse país e não penso que a situação na Polónia seja crítica».

No dia 6 de Julho, o próprio Gorbachev, declarou na Conselho da Europa, que Moscovo não iria intrometer-se nos assuntos dos seus aliados. Reiterou esta posição na assembleia do Pacto de Varsóvia, que decorreu em Bucareste (7-8 de Julho), excluindo a ameaça ou o recurso à força para com os países «irmãos» dos países socialistas.

Após a tomada de posse de Jaruzelski como presidente, Walesa passou à ofensiva política. Primeiramente recusou o convite para entrar num governo dirigido pelos comunistas. O Solidariedade bloqueava a constituição de um novo gabinete do POUP e deu uma reviravolta na aliança. Coligou-se com os antigos aliados dos comunistas, os agrupa-

DOSSIER POLÓNIA 1989

mentos satélites dos «democratas» e dos «populares», sem excluírem, completamente, do jogo o Partido Comunista. No governo de coligação, orientado pela política do Solidariedade, as pastas «melindrosas» – assim considerados mediante os interesses da URSS – da defesa e dos assuntos internos seriam atribuídas às pessoas do POUP.

A 17 de Agosto, o presidente Jaruzelski concordou em aceitar como primeiro-ministro Tadeusz Mazowiecki – um dos conselheiros de Walesa, uma pessoa moderada, oriunda dos círculos católicos. Do estrangeiro chegou também a aprovação do desenrolar dos acontecimentos. A URSS não tencionava ingerir nos assuntos internos da Polónia – declarara no dia anterior o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético. «Os Polacos têm de resolver os seus problemas sozinhos». Os receios do Kremlin foram apaziguados pela declaração de Walesa de que o Solidariedade contava com o facto da Polónia integrar o Pacto de Varsóvia.

A 12 de Setembro de 1989, foi constituído um governo com base numa coligação que abarcava todas as forças políticas com assento no parlamento, o que estava de acordo com o princípio das mudanças evolutivas, levadas a cabo através de compromissos. Todavia, o facto da função de chefe de governo ser exercida por um político da oposição democrática já era um prenúncio do final do comunismo na Polónia. O novo governo implantara um regime de pluralismo político e punha em prática uma reforma radical rumo à economia de mercado. Também levou a cabo uma política externa sobe-

rana, cujo objectivo era a entrada da Polónia na NATO e na União Europeia.

O sucesso da «negociada» revolução polaca encorajou o aparecimento de movimentos de libertação noutros países. Para o *establishment* comunista em todo o bloco, esta foi a prova de que o início das mudanças democráticas, incluindo a passagem do governo para as mãos dos seus adversários declarados, não significava forçosamente repressão, nem mesmo o seu afastamento da vida pública. Após os acontecimentos que tiveram lugar em Varsóvia tornou-se claro que Moscovo não iria defender militarmente o bloco comunista, detentora do poder em Budapeste, Berlim ou Praga. Em poucos meses, assistiu-se à ruptura da cortina de ferro e à queda da ordem implantada após o Conferencia de Ialta, que fora a base da divisão bipolar da Europa. Moscovo perdia o domínio sobre a Europa central e de leste alcançada em 1945, dando lugar a um conjunto de países que construíam a democracia e uma economia de mercado livre e aspiravam a união à comunidade europeia. ●

Tradução de Teresa Fernandes Swiatkiewicz.

* Jan Skórzynski (nascido em 1954) é jornalista e historiador. Foi adjunto do redactor-chefe do jornal diário *Rzeczpospolita*. Doutorou-se no Instituto de Estudos Políticos da Academia Polaca das Ciências com uma dissertação sobre a génese da transição democrática na Polónia entre 1985-1989. É autor de vários livros sobre a história recente da Polónia, entre outros, *Calendário do Solidariedade entre 1980-89*, *Do Solidariedade à Liberdade*, *A Revolução da Mesa Redonda* e, ultimamente, uma biografia de Lech Walesa.

